

MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO EXPRESSA NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR

Territorial mobility of work expressed in the relation city-field in the municipality of União da Vitória-PR

Camila Campos de Lara Jakimiu¹
Diane Daniela Gemelli²

Recebido em: outubro de 2015
Aceito e Publicado em: dezembro de 2015

Resumo

Esta pesquisa encontra-se em andamento e tem o intuito de investigar a mobilidade territorial do trabalho expressa na relação campo-cidade no município de União da Vitória-PR. Entendemos aqui a mobilidade territorial do trabalho como uma ação de caráter forçado, onde o sujeito, aqui sendo tratado como o camponês, desloca-se do campo para a cidade habitando novos territórios e produzindo novas territorialidades. Nesse sentido, constrói novas relações sócio-territoriais a partir do momento que traz consigo suas memórias, identidade e modo de vida. As novas relações impostas pelo capital que fazem da mobilidade territorial do trabalho uma realidade crescente, promove a perda de vínculo do sujeito que migra com o seu território, da sua identidade e consciência. Por isso são objetivos da pesquisa: a) Compreender os desdobramentos provenientes da relação natureza-capital, b) Entender a mobilidade territorial do trabalho e como o mesmo se expressa na relação campo-cidade em União da Vitória-PR, e c) Abranger noções de território e territorialidade, entendendo a questão da identidade e perda de vínculo territorial. Quanto à metodologia utilizada a pesquisa adota os moldes da pesquisa teórico-bibliográfico de cunho qualitativo, com análise de dados estatísticos.

Palavras-chave: Mobilidade; Território; Trabalho.

Abstract

This research is in progress and aims to investigate the territorial mobility of labor expressed in the rural-urban relationship in the municipality of União da Vitória-PR. We understand here territorial labor mobility as a forced character of action, where the subject, here being treated like the peasant, moves from the countryside to the city dwelling new territories and producing new territoriality. In this sense, builds new socio-territorial relations from the moment that brings your memories, identity and way of life. The new relationships imposed by capital which make territorial labor mobility a growing reality, promotes the loss of bond of the person who migrates with their territory, their identity and consciousness. So are the research objectives: a) Understand the deployment from the relationship nature-capital, b) Understanding the territorial mobility of labor and how it is expressed in the rural-urban relationship in União da Vitória -PR, and c) Covers notions of territory and territoriality, understanding the question of identity and loss of territorial entail. As for the methodology used to research adopts the molds of theoretical and bibliographic research with qualitative approach, with analysis of statistical data.

Key words: Mobility; Territory; Work.

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que o homem se apropria da natureza e detém controle sobre ela através de um conjunto de técnicas proveniente de diferentes períodos históricos, procuramos entender a organização dos homens por meio do trabalho inserido no contexto do sistema capitalista, ou seja, a partir do fenômeno da mobilidade territorial do trabalho expressa na relação campo-cidade em União da Vitória-PR. Pois “a dialética da dinâmica geográfica do trabalho, ou do seu movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do fenômeno do trabalho” (THOMAZ JÚNIOR, p.15, 2004).

Por isso são objetivos da pesquisa: a) Compreender os desdobramentos provenientes da relação natureza-capital, b) Entender a mobilidade territorial do trabalho e como o mesmo se expressa na relação campo-cidade em União da Vitória- PR, e c) Abranger noções de território e territorialidade, entendendo a questão da identidade e perda de vínculo territorial.

Quanto à metodologia utilizada a pesquisa adota os moldes da pesquisa teórico-bibliográfico de cunho qualitativo, com análise de dados estatísticos de fontes como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

O artigo está subdividido em três partes, sendo a primeira, apontamentos sobre a relação natureza-capital, ou seja, como o homem através dos períodos históricos modificou suas relações através da sua organização por meio do trabalho? Levando em consideração que a partir da hegemonia do sistema capitalista no século XIX as relações homem-natureza-trabalho modificaram-se fazendo surgir um novo fenômeno: o da mobilidade territorial do trabalho.

Na segunda parte, o objetivo é entender o fenômeno da mobilidade territorial do trabalho e como o mesmo se expressa na relação campo-cidade em União da

Vitória-PR. A partir da análise de dados estatísticos referente à população censitária rural total e população censitária urbana total do município de União da Vitória e de municípios paranaenses limítrofes desta, procuramos evidenciar o crescente deslocamento da população rural do campo para a cidade, ou a diminuição da população rural no campo em detrimento ao aumento da população urbana na cidade. Compreendendo esse fato como o resultado de um fenômeno particular do sistema capitalista: a mobilidade territorial do trabalho.

Na terceira parte o intuito é abranger noções de território e territorialidade, entendendo a questão da identidade e perda de vínculo territorial para relacionar com o fenômeno da mobilidade territorial do trabalho. Entendemos o território como o lócus onde ocorrem todas as

relações provenientes desse fenômeno aqui pesquisado.

A Natureza e o Capital: Os desdobramentos provenientes dessa relação

Desde o começo da história, o homem se apropria da natureza e detém determinado controle sobre ela. É através da organização dos sujeitos pelo trabalho, que, em diferentes períodos históricos produziram-se inúmeras técnicas, fazendo surgir novas relações homem-meio. Pois, “no processo de apropriação e de transformação dos recursos pelo homem através do trabalho, ocorre o processo de socialização da natureza. O trabalho torna-se então, o mediador universal na relação do homem com a natureza” (OLIVEIRA, 2002, p.5). Consideramos nesta pesquisa a concepção marxista de que a natureza é dialética – devido a sua interação do homem com a natureza – onde o mesmo modifica à sua própria natureza no momento em que está inserido e retira dela os elementos que julga necessário a sua existência. Nessa perspectiva,

[...] pensar a natureza hoje, e a forma como o homem se relaciona com ela no contexto do modo de produção capitalista, nos remete ao passado, na ânsia de compreender as mudanças que se processaram no modo da sociedade pensar, interagir e produzir a natureza (OLIVEIRA, 2002, p.5).

Em cada período histórico o domínio da natureza deu-se de forma particular, devido à cultura e ao uso da técnica, que se renova com as mudanças do território e suas relações. A técnica é compreendida como um conjunto de instrumentos sociais e políticos que o homem utiliza para sobreviver no meio ao qual está inserido, modificando-o à suas necessidades, ou seja, o “conjunto de técnicas aparece em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar” (SANTOS, 2009, p. 176). Nesse contexto, com os eventos ocorrendo sucessivamente, a história se refaz continuamente dentro do processo de ruptura e mudança, o que vêm possibilitando o aumento significativo do domínio do homem na natureza e no espaço. (SANTOS, 2009). Nesse sentido,

No princípio da humanidade, havia uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza, onde o ritmo de trabalho e da vida dos homens associava-se ao ritmo da natureza. No contexto do modo de produção capitalista, este vínculo é rompido, pois a natureza, antes um meio de subsistência do homem, passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia. (OLIVEIRA, 2002, p.5).

Partindo desse pressuposto, “as épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços” (Santos, 2009, p.177). O modo de produção capitalista surge, “no século XIX, com o desenvolvimento da ciência e da técnica o pragmatismo triunfou. A natureza passou a ser concebida cada vez mais como um objeto a ser possuído e dominado” (OLIVEIRA, p. 4) onde “a divisão social e técnica do trabalho contribuiu para que houvesse o processo de fragmentação e dicotomização do fazer e do pensar da sociedade capitalista industrial” (IBID). E é nesse contexto que devemos pensar o sujeito que trabalha e tenta sobreviver nessas relações impostas pelo capital, pois,

No processo de acumulação do capital, o trabalhador tem sido despojado do conjunto dos meios materiais de reprodução de sua existência e forçado a transformar sua força de trabalho em mercadoria, a serviço do próprio capital, em troca de um salário. O capital separa os homens da natureza, em seu processo de produção/reprodução e impõe que o ritmo do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas o ritmo do próprio capital (OLIVEIRA, 2002, p.6).

É nesse contexto social que procuramos investigar a mobilidade territorial do trabalho expressa na relação campo-cidade no município de União da Vitória-PR. Entendemos aqui a mobilidade territorial do trabalho como uma ação de caráter forçado, onde o sujeito, aqui sendo tratado como o camponês, migra do campo para a cidade habitando novos territórios e produzindo novas territorialidades. Investigaremos as relações impostas pela mobilidade territorial do trabalho a partir dos sujeitos que migram, e que transitam na dialética campo-cidade, campo-campo, cidade-cidade, ou que trabalham sazonalmente promovendo diferentes relações de temporalidade no território. Campo e cidade convergem e não há como separá-los para compreender a mobilidade territorial do trabalho assentada no capital.

Partindo do princípio que “uma das questões mais proeminentes do funcionamento do sistema de produção capitalista é a da forma que o capital assume em seu ímpeto por acumular” é preciso pensarmos o capital como o causador do “descarte em massa de trabalhadores do processo produtivo” (GOMES, p.34, 2009), ou seja, o trabalhador é mera peça da engrenagem desse sistema que se reproduz, produzindo a massa de trabalhadores assalariados. Nesse contexto o desemprego é uma realidade crescente, que forçadamente obrigam o trabalhador a migrar, produzindo o fenômeno da mobilidade do trabalho, que “trata das formas como o capital produz, explora, faz circular e controla, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho como mercadoria essencial ao processo de acumulação capitalista” (GOMES, p.33, 2009). Dessa forma, é “a capacidade do capital em produzir a mercadoria “força de trabalho”, em

utilizá-la e, ao mesmo tempo, em criar condições de domínio e controle sobre a mesma” (GOMES, p.36, 2009). Nesse sentido, GOMES apud Marx (p.37, 1989-2009) coloca que para a classe dominante,

É necessário construir as relações sociais de produção que possibilitem a acumulação de riqueza, e que as classes opressoras possam garantir o seu *status* econômico e seus espaços de poder, enquanto as classes subordinadas vendem sua força de trabalho em troca de salário e são integradas nas estruturas de produção capitalistas. Portanto, uma das questões-chave para Marx é demonstrar que, no capitalismo, a nova “escravidão” está assentada na liberdade do indivíduo e nas relações de assalariamento, em que os meios de produção (instrumentos de trabalho) e, fundamentalmente, as terras passam a ser propriedades privadas [...] para fins de exploração e acumulação (GOMES apud Marx, p.37, 1989-2009).

A partir desse novo caráter ideológico que o trabalho assumiu a “nova escravidão” tratada por Marx (1989), retrata a liberdade vendida e alienada que é alimentada por um sistema provedor e reprodutor de uma realidade que só beneficia à classe dominante. “Esse controle subordina o trabalho ao capital e o salário passa a ser o cordão invisível da “escravidão” que lhe sarrupia o trabalho excedente” (GOMES, p.41, 2009). É a verdadeira “ditadura do capital” que, “significa a maneira como são definidas a natureza do trabalho e as formas que ele assume depois que os empregadores contratam a força de trabalho” (p.41).

A mobilidade territorial do trabalho expressa pelo deslocamento dos camponeses

A lógica do sistema capitalista possibilita que as classes dominantes perdurem seu domínio sobre aqueles que são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver, e encontram-se na situação de uma “mobilidade forçada” que “vão desde o deslocamento espacial da mão-de-obra, passando pelas privações e pelo controle no ambiente das organizações capitalistas, até a necessidade incessante do trabalhador em buscar novas qualificações profissionais” (GOMES, p.39-40, 2009). Nesse viés, Gomes (2009) apud Gaudemar (1979), coloca que

a mobilidade do trabalho é compreendida como um fenômeno que promove o deslocamento espacial, setorial e profissional do trabalhador, com o objetivo do capital explorar sua força de trabalho e acumular excedente econômico. Ao contrário de ser um sinônimo de liberdade [...] a mobilidade do trabalho significa, no contexto do sistema de produção capitalista, controle social, submissão e escravidão (GOMES apud GAUDEMAR, p.41, 2009-1979).

Podemos entender a mobilidade do trabalho “como as formas que assume o capital para controlar, subordinar e reproduzir a força de trabalho como mercadoria especial” (GOMES, p.44, 2009). Demonstrando que “a mobilidade do trabalho também se estende à construção da hegemonia do capital no ambiente de trabalho, buscando identificar seus interesses particulares como interesses gerais também dos trabalhadores” (GOMES, p.45, 2009) contribuindo para acentuar a alienação do trabalhador que têm na falsa liberdade imposta pelo capital à sua única realidade. Por isso, “o conceito de mobilidade do trabalho é uma categoria analítica que nos permite perpassar os estágios do tempo histórico e compreender os fenômenos contemporâneos da exploração capitalista” (GOMES, p.47-48, 2009).

A partir dessas considerações é preciso compreender que mesmo cidades pequenas, como União da Vitória, estão arraigadas nesse sistema capitalista que promove o fenômeno da mobilidade territorial do trabalho. Por ser um problema social endêmico, procuramos refletir sobre quais motivos levaram os camponeses a modificarem seu modo de vida, deixando para trás questões de identidade e pertencimento.

Segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2010, União da Vitória possui uma população censitária total de 52.735 habitantes, sendo que 49,9 mil habitantes residem em área urbana e os outros 2,7 mil habitantes em área rural. Considerando a área territorial total do município de 713, 565 km² e a densidade demográfica de 77,73 hab/km² (IPARDES, 2010). Outro dado que revela o deslocamento da população da área rural para a área urbana, é o grau de urbanização do município: 94,78% urbanizado. (IBGE).

Nesse sentido, podemos observar na tabela abaixo a relação da população censitária urbana total e a população censitária rural total em União da Vitória nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010:

Tabela 1- Relação da População Censitária Urbana e Rural total de União da Vitória-PR

Localidade	Variável	1980	1991	2000	2010
União da Vitória	População Censitária Urbana - Total	35.517	40.201	45.591	49.983
	População Censitária Rural - Total	4.122	3.807	2.931	2.752

Fonte: IPARDES, 2010. Org: Jakimiu, 2015.

Percebemos que a população urbana é visivelmente maior que a população rural, e que houve um crescimento em todos os anos realizados pelo censo, onde o maior deles foi ao período de 1991-2000 com 5.390 habitantes a mais na área urbana, ou 13,40%. Já na área rural ocorreu a diminuição significativa do período de 1991- 2000, sendo de 876 habitantes. Ao total, houve o deslocamento de 1.370 habitantes da área rural no período de 1980 a 2010, ou seja,

38,33%. Que, podendo ou não ter se deslocado para a área urbana do município de União da Vitória, deixaram seu modo de vida adequando-se a outros. No mesmo período retratado na tabela de 1980 a 2010 foram 14.466 habitantes novos residindo na área urbana de União da Vitória, o que mostra o aumento de 40,72% da população urbana sobre a rural.

Tratando-se da realidade regional, buscamos relacionar a população censitária rural total e a população censitária urbana total dos municípios paranaenses que são limítrofes de União da Vitória: Cruz Machado (Norte), Paulo Frontin e Paula Freitas (Leste), Porto Vitória e Bituruna (Oeste).

Tabela 2 - Relação da População Censitária Rural e Urbana total dos municípios paranaenses limítrofes de União da Vitória

Localidade	Variável	1980	1991	2000	2010
Bituruna	População Censitária Rural - Total	8.270	7.277	8.227	5.981
	População Censitária Urbana - Total	3.433	5.575	7.506	9.899
Cruz Machado	População Censitária Rural - Total	13.369	14.095	14.208	11.983
	População Censitária Urbana - Total	1.780	2.473	3.459	6.057
Paula Freitas	População Censitária Rural - Total	3.869	3.192	2.860	2.686
	População Censitária Urbana - Total	650	1.473	2.200	2.748
Paulo Frontin	População Censitária Rural - Total	4.367	4.985	4.813	4.740
	População Censitária Urbana - Total	989	1.573	1.752	2.173
Porto Vitória	População Censitária Rural - Total	2.014	1.918	1.835	1.785
	População Censitária Urbana - Total	1.506	1.854	2.216	2.235

Fonte: IPARDES, 2010 Org: Jakimiu, 2015.

A partir da análise da tabela, constatamos que todos os municípios apresentam queda do número de habitantes da população censitária rural e aumento da população censitária urbana, mesmo que com alterações que ocorrem nos municípios no período de 1980 a 2010. O que nos faz acreditar que a mobilidade territorial do trabalho é uma realidade regional que abrange municípios limítrofes de União da Vitória-PR, mesmo que o número de habitantes seja maior na área rural. Nesse sentido, mesmo com o fato de haver maior número de pessoas vivendo no campo, o fenômeno da mobilidade territorial do trabalho pode manifestar-se, já que o camponês está dentro do sistema capitalista. Sendo assim não é exclusivo de grandes cidades, pois ocorre no cerne do capital, modificando as relações que o sujeito tem com a terra e com o trabalho.

Importante salientar que os municípios de Cruz Machado, Paula Freitas e Paulo Frontin possuem a maior parte da população vivendo no campo, o que nos atenta para a questão de resistência camponesa, modo de vida e identidade. Nesses municípios a relação terra-território se faz mais presente, pois a maior parte dos habitantes possui relação direta com o campo e com costumes tradicionais que são transmitidos por gerações. Entendemos aqui por resistência porque “a produção camponesa expressa-se enquanto produto e contradição da

expansão/desenvolvimento capitalista” (ALMEIDA, p.76, 2004). Pois segundo Paulino (p.31, 2006) “o conceito de camponês designa um sentido próprio à organicidade interna, que tem no tripé terra, trabalho e família o seu sustentáculo”.

Ou seja, “o campesinato como uma relação que representa obstáculos à penetração capitalista” (ALMEIDA, p.75, 2004) mesmo que o camponês não seja um sujeito social de dentro do sistema capitalista (OLIVEIRA, p.185, 2001), ele mantém seu modo de vida resistindo ao capital e conseqüentemente ao fenômeno da mobilidade territorial do trabalho. Porém, há territórios onde essa resistência é inexistente. Nesse viés o intuito da pesquisa é retratar o deslocamento dos camponeses visando compreender como foi o processo de reterritorialização na área urbana de União da Vitória, para aqueles que se deslocaram para essa área.

O conceito de território e territorialidade para compreensão do fenômeno da mobilidade territorial do trabalho

A partir das considerações acerca do fenômeno da mobilidade do trabalho, é preciso entendermos o lócus onde ocorrem todas as relações provenientes de tal fenômeno, partindo do princípio do entendimento de um dos conceitos-chave da Geografia: o Território.

Território pode ser definido como uma porção de terra dominada por alguma instituição ou grupo que detém o poder sobre os sujeitos que vivem em sociedade. Nesse sentido, “enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo”, sempre relacionado com a questão do poder, “mas não apenas o tradicional “poder político”, ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Para Claval (1999) o território é o pertencimento individual do grupo, onde os grupos só existem porque se identificam com os sujeitos e com o território apropriado.

Território está ligado ao poder, à política, as relações que os sujeitos têm com o território em que vivem – podendo esses construir e desconstruir territórios – e com eles a sua identidade.

Tratando da territorialidade, ela pode ser definida por Haesbaert (2004) como algo abstrato, simbólico, uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado (poder simbólico). Ou seja, podemos ter o sentimento de territorialidade e de pertencimento porque nos identificamos com determinados grupos sociais que compõem àquele território e criam determinadas territorialidades. Podemos ter várias territorialidades em um mesmo território, ou mesmo, sem possuir um (Ex: territorialidade manifestada pelas feiras livres).

Com o deslocamento dos camponeses o que ocorre é a perda de vínculo identitário, ou de territorialidade com aquele território. Nessa perspectiva, não há como separar a questão da

identidade com o conceito de território. Dessa forma, Claval (1999) aborda a questão da identidade na formação territorial e suas relações, colocando que

Os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Ambas são produtos da cultura. Elas promovem e definem outras identidades e outros territórios. Crises identitárias causam a modificação da relação com o espaço (CLAVAL, 1999, p.16).

Daí considerarmos a mobilidade territorial do trabalho um fenômeno proveniente do sistema capitalista que resulta em crises identitárias, mudança no modo de vida e a perda de vínculo do camponês com seu novo território: a área urbana da cidade. Ele acaba por não sentir-se pertencente aquela realidade, aquele outro ritmo e modo de vida, e tampouco nutre os sentimentos que tinha com a terra quando vivia no campo. Acaba-se a relação do homem com a terra, agora é meramente material e congelada a relação que possui com ela. Segundo Heidrich (1985) o sujeito vivencia a “situação de exclusão, da expulsão da pessoa de sua condição territorial, da ruptura de seus vínculos com a própria localidade” (p.30).

Resultando em condições precárias de subsistência, como o desemprego, falta de moradia e distanciamento da cultura.

Nesse viés compreendemos o território como o lócus ou palco dos acontecimentos, onde o poder político-econômico-ideológico se realiza a partir do sistema capitalista, onde manifesta-se o fenômeno da mobilidade territorial do trabalho em detrimento de outras relações de identidade e apego à terra. O território transforma-se em um mosaico de territorialidades, onde “o indivíduo, por exemplo, vive ao mesmo tempo ao seu nível, ao nível de sua família, de um grupo, de uma nação. Existe, portanto multipertencimento territorial” (BAREL, p.35, 1986). Nesse contexto o trabalho irá possuir dois sentidos distintos: o primeiro é o trabalho atrelado ao capital e à sua mobilidade territorial, visando o acúmulo primitivo de capital e lucro; o segundo diz respeito ao ato de produzir para a subsistência, também dentro do sistema capitalista mas sem a exploração e a produção da mais valia, o que caracteriza a classe camponesa.

Nessa perspectiva, é preciso entender a mobilidade do trabalho como uma forma de exclusão social que provém da lógica do sistema capitalista, que forçadamente obriga o deslocamento de milhares de trabalhadores de determinado território para outro, provocando a perda de vínculo identitário o tornando mera peça da engrenagem do capital. Sendo assim podemos colocar que o capital é desterritorializante e desenraizador, o que promove “um

processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (HAESBAERT, p.214, 1994) onde os grupos irão reterritorializar diferentes territórios, produzindo novas relações sociais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que em cada período histórico, a relação do homem com a natureza modificou-se a partir do conjunto de técnicas criados em cada época, propiciando ao homem e a sociedade novos modos de enxergar o território, e conseqüentemente utilizá-lo para sua subsistência, criando novos mecanismos e apurando as técnicas existentes. Com o surgimento do sistema capitalista no século XIX, a organização dos sujeitos através do trabalho modificou-se, criando a nova escravidão proposta por Marx, onde a acumulação primitiva do capital e o surgimento de classes sociais fez nascer à hegemonia da classe dominante sobre outra hegemônica, ou dominada.

Nesse contexto a mobilidade do trabalho é um fenômeno proveniente do modo de produção capitalista que possui caráter forçado e desterritorializador, pois promove o deslocamento dos sujeitos – aqui tratados como camponeses – para outros territórios que não possuem vínculo identitário ou apego, gerando conflitos e crises sociais, como o desemprego, a falta de moradia, péssimas condições de subsistência, entre outros. Tal fenômeno abrange a dialética campo-cidade, que constatamos ocorrer no município de União da Vitória-PR, através de dados estatísticos. A partir dessa realidade, é intuito da pesquisa averiguar como foi e está sendo o processo de reterritorialização do camponês que se desloca do campo para a cidade, e que muitas vezes perde seu vínculo territorial não se sentindo pertencente àquele outro modo de vida imposto pelo capital.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O Conceito de Classe Camponesa em Questão. BAREL, Yves. 1986. Le social et ses territoires. In: AURIAC, F. ; BRUNET, R. (orgs.)
- CLAVAL, Paul. O Território na transição da Pós – Modernidade. **Géographies et Cultures**, Paris, n. 20, inverno 1996.
- Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayard e Fondation Diderot.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México: Era, 1979.
- GOMES, Fábio Guedes. **Mobilidade do Trabalho e Controle Social**: Trabalho e organizações na era neoliberal. In: Revista Sociol. Polít. Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.
- HAESBAERT. Rogerio. **Dos múltiplos Territórios à multiterritorialidade**. In: (Org) HEIDRICH, Alvaro Luiz. COSTA, Piños Benhur. PIRES, Cláudia Luiza Zeferino.

HEIDRICH, Alvaro Luiz. **Territorialidades enredadas**: formação das territorialidades nacionais e regionais e problemas decorrentes da intereção socio espacial global. In: (Org) HEIDRICH, Alvaro Luiz. COSTA, Piños Benhur. PIRES, Claudia Luiza Zeferino. UEDA, Vanda. A emergência da Multiterritorialidade. A Ressignificação da relação do humano com o espaço. Editora Ulbra. UFRGS. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 10 jan. 2015.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>> Acesso em: 10 jan. 2015.

MARX, Karl. 1989. *O capital*. Rio de Janeiro : B. Brasil.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A Relação Homem/Natureza no Modo de Produção Capitalista. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, p. 123-130, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, IEA/USP São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-206, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A diversidade das lutas na luta pela terra. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, p. 27-47, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Terra Livre, v. 21, p. 73-87, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho** (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). Pegada (UNESP. Impresso), v. 7, p. 7-40, 2006.

UEDA, Vanda. A emergência da Multiterritorialidade. A Ressignificação da relação do humano com o espaço. Editora Ulbra. UFRGS. 2008.

¹ Graduanda em Geografia. Universidade Estadual do Paraná – campus União da Vitória. E-mail: camila.jakimiu@yahoo.com

² Doutoranda em Geografia. Universidade Estadual do Paraná – campus União da Vitória. E-mail: daianegemelli@yahoo.com.br